

## 1.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 7.<sup>a</sup> Legislatura

### Ata da 31.<sup>a</sup> Sessão Ordinária

Realizada em 29 de abril de 1971 — (Quinta-feira)

Presidência do sr. deputado Antônio Costa, secretariada pelos srs. deputados Ivo Tomazoni e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes srs. deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Álvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Lázaro Dumonte, Leopoldo Jacómel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenoforte Villanueva (45); achando-se ausentes os srs. deputados: Erondy Silvério e Jorge Sato.

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a  
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte  
E X P E D I E N T E:

MENSAGEM

7-71

Curitiba, 26 de abril de 1971.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa a necessária autorização legislativa para oferecer em caução ações da PETROBRAS — Petróleo do Brasil S.A., de propriedade do Estado do Paraná, como garantia de operação de crédito que este Governo pretende realizar com instituições financeiras.

2. É do conhecimento desta egrégia Casa de Leis que o erário do Estado do Paraná não tem condições de suportar neste momento, sem recorrer a outras fontes de receita, todos os compromissos assumidos, os quais, na sua maioria, estão sendo saldados com relativo atraso.



3. Visando a normalização de tais obrigações, admite-se como indispensável a efetivação de operação de crédito com instituições financeiras, a fim de que se proceda, em caráter prioritário, a atualização do pagamento do funcionalismo assim como de outros encargos da Administração.

4. Certo de que essa egrégia Assembléia Legislativa, compreendendo o elevado propósito da medida solicitada, dará o seu necessário apoio e aprovação, reitero a Vossa Excelência os protestos de estima e consideração.

(a) HAROLD O LEON PERES — Governador do Estado.

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a oferecer em caução ações da PETROBRAS — Petróleo do Brasil S.A., de propriedade do Estado do Paraná, como garantia de operação de crédito a ser realizada com instituições financeiras, nos limites previstos na Lei de Meios vigente e para aplicação em pagamento de pessoal e outros encargos da Administração.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o disposto no art. 2.º da Lei n. 4.423, de 6 de setembro de 1961.

#### OFÍCIOS:

— Sob o n. 1-71, do senhor Walfrido Bucheld Strobel, comunicando haver assumido o cargo de Secretário de Estado dos Negócios dos Transportes, conforme Decreto n. 10-71, de 15 de março do corrente ano. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se

— Do senhor Antonio Corrêa de Oliveira Andrade Filho, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, comunicando haver sido eleita a nova Mesa Diretora daquele Poder. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

— Sob o n. 83-71, do senhor Miguel Jamur, Prefeito Municipal de Guaratuba, convidando a Presidência desta Casa, para as festividades alusivas aos 200 anos de sua fundação. — Ao conhecimento do sr. Presidente.

— Sob o n. 120-71, do senhor Euclides Marcolla, Prefeito Municipal de Telêmaco Borba, convidando a Presidência deste Poder, para as festividades alusivas ao 7.º Aniversário de instalação daquele Município. — Ao conhecimento do sr. Presidente.

— Do senhor Julio A. Benatti, Presidente da Câmara Municipal de Nova Esperança, comunicando haver sido eleita a nova Mesa daquele Legislativo Municipal, para o biênio 71-72. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

— Sob o n. 215-71, do senhor José Teixeira Filho, Presidente da Câmara Municipal de Terra Roxa, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa que dirigirá os trabalhos daquele Legislativo Municipal, durante o biênio 71-72. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

— Sob o n. 1-71, do senhor João Maria Claudino, Presidente da Câmara Municipal de Tijucas do Sul, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa que dirigirá os trabalhos daquele Legislativo Municipal, para o biênio 71-72. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

— Sob o n. 1-71, do senhor Celso Fabrício de Mello, Diretor do Departamento de Águas e Energia Elétrica, comunicando haver sido nomeado para aquele cargo, por indicação do Excelentíssimo Senhor Secretário de Viação e Obras Públicas. — Ao conhecimento — Agradeça-se.



— Sob o n. 3-71, do senhor Wilson Ribeiro de Souza, comunicando haver assumido o cargo de Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

— Sob o n. 270-71, do senhor Eng. Dulcindo Saldanha Muniz, comunicando haver assumido as funções de Diretor do Departamento de Geografia, Terras e Colonização. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Dos senhores, Anyro de Araújo Jorge, Manoel Engênio Marques Munhoz e Paulo Swedenborg Santos Alves, comunicando haverem sido eleitos pela Assembléia Geral de Acionistas do Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A., para os cargo de Diretor Presidente, Diretor Financeiro e Diretor Técnico, respectivamente. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

— Sob o n. 56-71, do senhor Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de União da Vitória, convidando a Presidência deste Poder, para o ato inaugural das novas instalações da sede própria daquele Sindicato. — Ao conhecimento do sr. Presidente.

— Sob o n. 2-71, do senhor Dr. Lauro Stellfeld Filho, Presidente da Associação Paranaense de Farmacêuticos, comunicando a posse dos novos Diretores daquela Associação, para o biênio 71-72. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

#### REQUERIMENTOS:

— De autoria do sr. deputado Ivo Tomazoni, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 49-71.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, nos termos do art. 40 do Regimento Interno desta Casa, requer a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito que tem por objetivo apurar irregularidades nas contas do ex-Governador Paulo Pimentel.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1971.

(a) Sebastião Rodrigues Júnior

#### Requerimento

Senhor Presidente:

Considerando:

1) — Que a grande maioria dos ocupantes de casas construídas pela COHAPAR são funcionários públicos estaduais;

2) — que a referida Cooperativa Habitacional do Paraná está enviando aos moradores em atraso nas suas prestações cartas de advertência, ameaçando cancelar os contratos e relacionar o nome dos devedores ao SEPROC — Serviço de Proteção ao Crédito;

3) — que a grande maioria dos funcionários estaduais, como é público e notório, estão recebendo seus vencimentos com grande atraso.

Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o Plenário, oficie-se à Diretoria da COHAPAR solicitando que a medida aludida no item 2 seja suspensa, provisoriamente, até que se normalize a situação de pagamento ao funcionalismo público estadual.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1971.

(a) Maurício Fruct



### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores Doutores Haroldo Leon Peres e Haroldo Carvalhido, digníssimos Governador do Estado e Secretário de Educação e Cultura, respectivamente, no sentido de que determine providências para construção imediata da Escola Normal de Guarapuava.

A solicitação prende-se à grave situação atravessada, atualmente, pelo ensino naquele município, em razão da precariedade do edifício em que funciona aquêle estabelecimento escolar, cujas condições de funcionalidade não atendem mais às mínimas necessidades de Guarapuava.

Funcionando em casa de moradia adaptada às pressas a Escola Normal de Guarapuava paga aluguel para poder dar à mocidade estudiosa o ensino esperado. Esta dedicação de professores e diretores fizeram daquêle estabelecimento um dos mais conceituados do interior do Estado.

Cidade Histórica, com grandes tradições por zelar, e situada em posição estratégica na região Centro-Oeste do Estado, Guarapuava polariza os interesses humanos em uma área de aproximadamente 400 mil habitantes que procuram, naquela Escola Normal, o ensino para seus filhos. Contribuindo com a 7a. maior receita municipal ao Estado, aquela comuna tem dado todos os seus esforços em prol desta unidade federativa, sem que receba, em contrapartida, uma dinamização em seu ensino na proporção da importância que desfruta.

Por tudo isso e considerando, principalmente, o fato desta Escola Normal não estar mais podendo atender, através de vagas, o número crescente de alunos, aliado às dificuldades de ordem material para a execução de um plano de ensino compatível com a necessidade local, é que se justifica as providências que poderão ser adotadas pelo Poder Executivo.

Releve-se, ainda, que a preocupação municipal é tão grande sobre o assunto que, há mais de três anos, a administração de Guarapuava colocou à disposição do Governo do Estado um terreno para construção dessa nova Escola.

A concretização dessa reivindicação popular é medida que se faz necessária, pela sua justeza e imprescindibilidade.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1971.

(a) Nivaldo Krüger

### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, de acôrdo com o Regimento Interno, requer de V. Exa., após ouvido o Plenário, seja consignado em ata um voto de regozijo pelo aniversário de fundação do município de Uraí, a dar-se no dia 5 do mês próximo.

Solicita também, que do fato seja dado ciência à sua Prefeitura e Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1971.

(a) Borsári Neto

### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer de V. Exa., após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata um voto de regozijo pela passagem do aniversário de fundação do município de Primeiro de Maio, a ocorrer dia 1.º vindouro.

Requer, outrossim, seja dada ciência do acontecimento à Prefeitura e Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1971.

(a) Borsári Neto



### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Casa, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais deste Legislativo, um voto de congratulações ao senhor Horácio Sabino Coimbra, pelo fato de ter a indústria que dirige, ganho o troféu de ouro "Globo Exportação", como a empresa que liderou a exportação de manufaturados no ano passado.

A Campanha Cacique de Café Solúvel, que é empresa paranaense, com capital democratizado, exportou em 1970, 5% do montante total de manufaturados, o que significa 9,6 mil toneladas de solúvel destinadas a 23 países da América, Europa e Ásia.

Vale ressaltar que esta empresa, um orgulho para nós paranaenses, já conseguiu exportar em seus cinco anos de existência um total de 53 milhões de dólares, o que vem a ser um registro altamente significativo para a indústria do Estado.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1971.

(a) Antônio Belinati

### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário,

Requer seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações ao Rev. Raul Rodrigues de Castro, pela sua reeleição, em recente conclave realizado em São Paulo, — ao cargo de Vice-Presidente Nacional da Igreja do Evangelho, Cruzada de Evangelização.

Esta denominação religiosa muito tem contribuído para o soerguimento material, moral e espiritual do nosso povo, no Paraná e no Brasil.

O Rev. Raul de Castro, que também é superintendente da obra no Paraná, prossegue, com a sua equipe de trabalho, com vigor, o grande trabalho que vinha desenvolvendo seu irmão de saudosa memória, Rev. Lauro de Castro, a quem também prestamos nossa homenagem.

Entre os muitos trabalhos mantidos pela organização, além das dezenas de templos, mantem inúmeras escolas de orientação social através dos Grupos Missionários de Senhoras, Orfanato Educandário Mariano Rodrigues de Castro e muitas outras obras que merecem especial destaque.

Assim, justo se faz o presente voto, que nada mais é de que o reconhecimento público por quem tanto tem feito pela comunidade.

Requeiro, finalmente, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao homenageado.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1971.

(a) Igo Losso

### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência, a consignação em ata dos trabalhos de hoje, de um voto de congratulações ao Instituto de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) de São Paulo (Cidade Universitária) e à senhora Maria Julieta Sebastiani Ormastroni, diretora executiva daquele organismo, pela realização em Curitiba, de 4 a 10 de julho do corrente, do Concurso "Cientistas de Amanhã".

Patrocinado pelo Instituto Roberto Simonsen, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, o concurso lançado pelo IBECC objetiva in-



centivar os jovens à carreira científica, das mais necessárias ao progresso nacional.

Necessário se faz ressaltar, ainda, que o que se busca nesse concurso é, antes de tudo, revelar entre os estudantes de nível secundário, aptidões para a ciência, abrindo-lhes novas oportunidades de desenvolvimento, ou despertar interesses por ela em estudantes que, por algum motivo, não encontram inspiração para isso em seus cursos.

Por último, requer este parlamentar que, da decisão do Plenário, seja dado conhecimento aos homenageados.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1971.

(a) **Nivaldo Krüger**

#### **Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência, a constituição de uma Comissão de Deputados a fim de, em missão de caráter cultural, visitar e proceder estudos nas Estradas, em fase de construção, de Santarém (Cuiabá), e Transamazônica, sem ônus para o Poder Legislativo.

#### **JUSTIFICATIVA:**

A Comissão de Deputados a ser constituída, para conhecer aquela região do País ainda inexplorada, ou seja, a região Amazônica, tem por objetivo tomar contacto mais estreito com o meio físico, bem como observar, "in loco", as medidas de colonização que estão sendo efetuadas pelo Governo Federal, ou sejam, as estradas Cuiabá-Santarém e a Transamazônica, que partirá da Paraíba para alcançar o Amazonas e os núcleos de colonização ao longo dessas rodovias.

Por outro lado, a observação de caráter econômico-social que esta Comissão de Deputados se propõe, é a de trazer informações sobre toda a potencialidade da região, em termos econômicos, e as metas de desenvolvimento programadas para a Amazônia, procurando desse modo colaborar com o Poder Legislativo, na tarefa de informar aos demais parlamentares, assim como a todo o povo paranaense.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1971.

(a) **Fuad Nacli**

#### **Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, requer, após ouvido o Plenário, um voto de regozijo pelo transcurso do 2.º centenário do município de Guaratuba, e que o fato se dê conhecimento ao sr. Prefeito e ao sr. Presidente da Câmara Municipal de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1971.

(a) **Antônio Lopes Júnior**

#### **Requerimento**

Senhor Presidente:

Transcorrendo no próximo dia 1.º, mais um aniversário da Emancipação Política do próspero município de Telêmaco Borba, líder da produção de papel em nosso Estado, e para cuja comemoração está elaborado um vasto programa pela municipalidade, vimos solicitar de V. Exa. que, após o ouvido o Plenário, seja consignado em Ata um voto de regozijo pelo acontecimento.

Solicitamos, outrossim, que o fato seja dado conhecimento à sua Prefeitura e Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1971.



### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo passamento da sra. Sebastiana Silva de Almeida, esposa de Geraldo Fonseca de Almeida, líder político e agricultor na cidade de Primeiro de Maio, deixando por sua vez, com o lamentável ocorrido, saudades àqueles que a tinham em sua consideração.

Requer, outrossim, após a apreciação do presente, dê-se conhecimento à família enlutada através de expediente desta Assembléia.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1971.

(a) Borsári Neto

### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições vem, na forma regimental, requerer que após ouvido o Plenário se consigne em ata um voto de pesar pelo falecimento do ilustre Coronel Alfredo Ferreira da Costa, ocorrido em data de ontem, esclarecendo que a insigne personalidade, nascida em nossa Capital em 7 de março de 1887, membro da Polícia Militar do Estado, participou de diversas campanhas para a manutenção da ordem pública, de Campanha do Contestado e das Revoluções de 1930 e 1932; exerceu também as funções de Chefe da Casa Militar de cinco Governos diferentes de nosso Estado; foi Comandante da Polícia Militar do Estado, Fiscal Militar junto à Companhia Telefônica Paranaense, sendo também o primeiro Diretor da Casa do Pequeno Jornaleiro.

Tendo ainda recebido, por atos de bravura e patriotismo, oito Condecorações, três medalhas de prata, medalha de Mérito Militar, Medalha de bronze e Medalha de ouro.

Outrossim, requer seja dada ciência da deliberação desta Casa à família enlutada, à Rua Buenos Aires, 1.359.

Têrmos em que

Pede e espera Deferimento.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1971.

(a) Antônio Costa

### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, requer à Mesa que anuncie ao Plenário que está marcada para amanhã, após os trabalhos do Plenário, reunião da Comissão Especial sobre assuntos da Central do Paraná.

Na condição de presidente da aludida comissão subscrevo o presente.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1971.

(a) Paulo Poli

### PROJETO DE LEI:

#### Projeto de Lei n. 51-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública, a Loja Teosófica do Paraná, com sede e fóro em Curitiba, Capital do Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1971.

(a) Maurício Fruct

### JUSTIFICATIVA:

A Loja Teosófica do Paraná, com sede e fóro na Capital do Estado do



Paraná, fundada em 3 de maio de 1930, e filiada à Sociedade Teosófica Nacional, no Brasil e, por intermédio desta, à Sociedade Internacional, com sede em Adyar, Madras, 20 — Índia, tem por principais finalidades: Formar na Humanidade um núcleo de fraternidade Universal, sem distinção de raça, credo, sexo, casta ou côr; Estimular o estudo comparativo das religiões, filosofias e ciências; investigar as leis não explicadas da natureza e os poderes latentes no homem.

A Loja é inteiramente alheia a qualquer espírito de seita religiosa ou filosófica e de facção política, como de classe social, e procura estudar imparcialmente as questões atinentes ao homem, sem jamais se afastar das disposições dos Estatutos das sociedades Teosóficas mencionadas.

Senhores Deputados, tendo em vista a nossa exposição constante da justificativa, contamos com o apoio dos nobres Pares, e para melhor instruir nossa proposição, anexamos cópia dos Estatutos Sociais e fotocópia do Extrato dos Estatutos, publicados no Diário Oficial n. 205, de 12 de novembro de 1965.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Esta Presidência tem a honra de anunciar a presença, nesta Casa, do sr. Nilson Sguarizi, vereador do município de Pato Branco.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

— Em data de 13 de abril de 1971, sr. Presidente, em nome da bancada do M.D.B., foi encaminhado nesta Casa um requerimento pedindo a constituição de uma Comissão Especial destinada a estudar o problema da Estrada de Ferro Central do Paraná. A Comissão após aprovação o requerimento pela Casa, unanimemente, foi constituída. Mas como houvesse delongas na sua instalação requeremos, em data de 23 de abril ao sr. Presidente desta Casa de conformidade com o Artigo 40 do Regimento Interno fôsse convocada a Comissão Especial desses assuntos, isto é, relativamente a Estrada de Ferro Central do Paraná, para se reunir na forma do Regimento sob a Presidência do sr. Vice-Presidente desta Casa. E no dia 27 de abril já 14 dias após a tramitação do requerimento inicial, esta Comissão se reuniu para eleição do Presidente e Vice-Presidente, tendo sido eleito Presidente da mesma o ilustre deputado Paulo Poli.

Na ocasião da reunião encarecemos a necessidade de que esta Comissão se movimentasse com urgência, de vez que o prazo de 20 dias é um prazo curto, é o prazo que lhe é marcado para cuidar da matéria e, se o prazo é curto, se justifica, principalmente por se tratar de um assunto dos mais transcendentais. Inequivocamente essa obra é a de maior vulto e a de maior importância com relação ao âmbito estadual e federal. Encarecemos, então, a necessidade de que o sr. Presidente da Comissão designasse já naquela data da sua instalação, o dia da nova reunião para que a Comissão começasse a trabalhar. Decorridos três dias dessa nomeação, embora a promessa verbal na ocasião feita pelo sr. Presidente, de que no dia imediato promoveria a reunião da Comissão, para designação, inclusive do seu Relator e distribuição da matéria que é grande para uma Comissão de cinco membros e, conseqüentemente, ter andamento os trabalhos, vemos decorridos já três dias sem que esta Comissão voltasse a se reunir. E como nós não pretendemos participar nesta Casa de Comissão que fique embolorando nos arquivos desta Casa, como não pretendemos deixar que as nossas atribuições sejam relegadas a plano secundário, queremos, desta tribuna sr. Presidente nobre srs. Deputados sr. Presidente da Comissão dos Assuntos da Estrada de Ferro Central do Paraná, fazer um apêlo para que a Comissão volte com urgência a se reunir para que delibere e encontre os caminhos



necessários a que dentro do prazo que lhe é estabelecido, traga para esta Casa a incumbência que lhe é atribuída. Não podemos silenciar e este requerimento, desejo acentuar para constituição de uma Comissão Especial, foi feito em nome da bancada do M.D.B. que não pode assistir a derrocada de uma obra de tão vital importância para a nossa economia, principalmente quando se sabe que, se o Paraná concluir esta obra, ela ficará de graça para o Estado, e se ele não concluir, arcará com todos os prejuízos da obra.

Nestas condições não podemos assistir à inércia do Poder Público ante os fatos que acabamos de narrar, e que nos levaram mais esmiuçadamente transcritos no próprio requerimento em que solicitou desta Assembleia aprovação, a constituição dessa Comissão, pedimos providência, porque entendemos que, embora o Governo Federal tivesse aprovado o empréstimo solicitado pelo Paraná, para prosseguimento da obra e existe apenas um empêço de natureza administrativa e facilmente removível pelo Governo Federal, desde que ele sinta que realmente a intenção do Estado do Paraná é concluir a obra e com urgência, porque ela interessa ao Estado e à União. Nós não vemos se não na força que representa o Poder Público do Estado do Paraná, através dos seus legítimos representantes que se faça com que a União sinta isto, que é de vital importância para o nosso Estado e para o prosseguimento da obra. Então deixamos este apêlo, sr. Presidente, srs. Deputados, para que esta Comissão se reúna com urgência a fim de tratar da matéria que é de sua atribuição. E se ela não pode se reunir, por existir algum motivo oculto que não seja do nosso conhecimento, pelo menos que não nos falte coragem de vir dizer nesta Casa, para que fique registrado, que a Comissão deverá ser desconstituída.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa registra com satisfação a presença, no Plenário, do sr. Aparecido José dos Santos, vereador de Guaraci.

Do sr. Crisando Crisostomo da Silva, politico de Colorado e médico daquela cidade.

Da mesma forma, a mesa registra com prazer a presença nesta Casa, do sr. Cel. Guimierne Planaro, e do sr. Antonio Afonso Teixeira.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Nivaldo Kruger.

O SR. NIVALDO KRUGER — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Queria manifestar, neste Pequeno Expediente em nome daqueles que tem manifestado a sua apreensão, porque preocupados se encontram os grandes contingentes populacionais do Estado, tendo em vista as contínuas crises porque está passando a vida pública e administrativa do Paraná. Universidades do Paraná em crise, apelando para o Governo, uma solução.

Há poucos dias, o Governador do Estado dirigiu-se a Capital da República, para buscar socorros, numa crise que surgia intempestivamente. Memores da UGI, se demitem, coletivamente, e dão informações das quais qualquer homem de bom senso pode tirar conclusões.

Os jornais de hoje, anunciam o eclodir de uma nova crise. Não vou entrar em economia interna de outros partidos, apenas manifestamos nossa apreensão, enquanto as crises se sucedem, o Paraná fica parado. Funcionários sem receber, empreiteiros retraídos, fornecedores desconfiados e na minha cidade sr. Presidente, srs. Deputados, a Escola Normal não tem recursos para pagar o aluguel, não há vagas suficientes para o número de alunos que procuram fazer suas inscrições em matrículas daquela escola. É deficiente o ensino secundário. O Ginásio Estadual construído em 1945, não recebeu nenhum reparo até o dia de hoje. Não existe nenhuma providência até agora, no sentido de melhorar o ensino da nossa região. Falo hoje, especificamente, sobre minha região, por ser ela um dos polos de



desenvolvimento do Paraná e ser exatamente Guarapuava, o centro de uma região de mais de 55 mil habitantes. Pois saibam srs. Deputados saiba o Paraná, que as escolas secundárias, ali construídas, ainda são aquelas edificadas em 1945, uma pelo ex-governador já falecido Manoel Ribas e outra pelo ex-governador Moyses Lupion.

Grupos Escolares, Ginásio Estadual e Escolas Agrícolas, sem condições de funcionamento e até sem meios para conduzir os seus professores. É de total abandono o Ensino Secundário no interior do Estado, na minha região. E em nome de meu povo trago aqui de público, o reclamo daquela gente, que tem o direito de assim proceder, porque contribue extraordinariamente para os cofres públicos. É da ordem de 1 bilhão e meio a receita estadual na minha área, e o Governo do Estado não está retribuindo para aquela região o montante do que entendemos de direito do nosso povo. Assim, sr. Presidente, srs. Deputados, a situação financeira dos professores do ensino superior, é de 7 meses de atraso, os professores do Ensino Médio, Suplementaristas efetivos não receberam até o momento, os seus vencimentos. A situação do ensino naquela área é calamitosa. Nós informamos à Casa e ao Paraná que se encontra à disposição do Governo do Estado, terreno para a construção urgente, da Escola Normal. De uma importância muito grande naquele município e não só a Escola Normal, como também a Escola de Comércio e o Curso Clássico, que não dispõem de salas e de equipamento suficiente para o seu funcionamento.

Assim é que, trago a minha apreensão, enquanto os jornais noticiam as crises, enquanto se pede remoção e entram em conflito áreas governamentais, nós ficamos desanimados e quisera que nos fôsse informado, para nos tranquilizar que haja a normalidade da vida administrativa do Estado, que quer trabalhar, precisa discutir os assuntos urgentes. Queremos ver o Estado com as rodas nos trilhos, rodando, em favor do nosso Estado...

O SR. PRESIDENTE — A Presidência informa ao orador que dispõe de um minuto para concluir o seu discurso.

O SR. NIVALDO KRÜGER — ... Aqui outra coisa não se faz, senão conciliar áreas em conflito. Não podemos aceitar esta situação para o Paraná. Queremos o Paraná evoluindo, desenvolvendo-se como estão fazendo seus filhos, nas estradas nas fazendas, com as mangas arregaçadas nas lavouras e em todos os setores, contribuindo para a grandeza do Estado. Assim, queremos que o Governo do Estado trabalhe imediatamente em favor da nossa gente e do nosso povo.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Nelson Buffara, terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Disse o deputado Cândido Martins de Oliveira, no início de um dos seus brilhantes discursos proferidos nesta Casa que traição era uma palavra que não existia no seu dicionário.

Pois sem, sr. Presidente, srs. Deputados, para nós, a palavra ingratitude também não existe no nosso dicionário. A ingratitude é o reconhecimento pela falta dos que esquecem o benefício recebido.

Entendemos, sr. Presidente, srs. Deputados que a virtude oposta à ingratitude é o reconhecimento. Assim sendo, quero ressaltar as qualidades da gente que represento nesta Casa, do litoral e desta Capital, cuja virtude bem conheço, mas quero também que a conheça o povo deste Estado.

Nos últimos anos sr. Presidente, srs. Deputados, com muito prazer represento a região do litoral e dessa Capital e trazendo ao Governo as suas reivindicações, quero confessar de público o reconhecimento que tenho e nutro pelo Governo do sr. Paulo Pimentel, a quem muito deve a minha região.



Como homem do MDB, integrado no meu partido, respeitando seus princípios, sinto-me inteiramente à vontade para fazer esta afirmativa: revelar um reconhecimento de uma parcela de paranaenses que represento nesta Casa de Leis, ao Governo do sr. Paulo Pimentel em favor da comunidade curitibana e litorânea.

Assim procedo porque entendo ser meu dever e não ficaria bem com minha consciência, com minha gente, se não viesse de público fazer esta afirmação.

No momento em que o ex-Governador recolhe-se à sua família recolhe-se marcado pela decepção de alguns amigos e de outros que o cercavam de carinho quando ele teve o Poder e hoje lamentavelmente não o fazem. Porém em contrapartida, sr. Presidente, tenho certeza de que aquele ilustre homem público é estimado e prestigiado por centenas e milhares de paranaenses.

Assim, sr. Presidente alinho a minha gente entre os que não o esqueceram e que se mostram generosamente reconhecidos pelo muito que receberam. — Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, sr. deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Trago a esta tribuna um protesto, um protesto que não gostaria de fazer mas que, infelizmente, no cumprimento da obrigação a que me propus, devo fazer.

Ontem a bancada do Governo nesta Casa negou aprovação a um pedido de informações que pretendíamos fazer ao IPE. Assistimos o cerceamento, através da maioria, a um direito que temos adquirido no processo democrático, e, muito mais do que um direito, um dever que assumimos de fiscalização. É o pedido de informações uma das atribuições, um expediente que nos é garantido pelo Regimento Interno para podermos mostrar ao povo e para em nome do povo podermos fiscalizar as ações do Governo.

É hora da verdade. Própõem o jogo da verdade e fogem dela como que a temer irregularidades. Esta Casa não pode se conformar, como não me conformo, em ser apenas o carimbo de chancela das decisões do Poder Executivo. A nossa responsabilidade é muito maior. Devemos ter uma participação decisiva e expressiva no processo de desenvolvimento e no processo de moralização. Hoje sou obrigado a acreditar no que ouço. Hoje o povo se sente na obrigação de acreditar que possam haver irregularidades. Porque se impediu aqui, através de uma maioria que se verificasse o andamento dos trabalhos num órgão do Governo do Estado do Paraná. E enquanto isto se diz, por aí, que diárias polpudas são pagas a Diretores do IPE hoje ficamos em dúvida porque o esclarecimento nos foi negado.

A farmácia deste mesmo Instituto de Previdência do Estado está desfalcada de medicamentos.

Os funcionários do citado Instituto estão com seus salários atrasados e os serviços de atendimento médico não estão, realmente, a altura das necessidades dos contribuintes.

Os serviços de Ráio X estão sendo feitos em radiologistas particulares, com gastos elevadíssimos.

E eu pergunto à esta Casa, por que negar as informações que o povo pede? Não pedimos em nosso nome particular pedimos em nome do povo que representamos. Sabemos todos que quem se omite é conivente. Esta Casa não pode ser conivente com irregularidades e com erros.

Tivemos uma experiência, há poucos dias, quando muitas irregularidades do governo anterior eram apontadas e pedidas as provas necessárias a bancada do MDB se pronunciou dizendo que na legislatura passada não se permitia à oposição exercer seu papel de fiscalizador da administração do Estado.



E ontem, srs. Deputados, êsse processo teve início, novamente. Impede-se êste direito que temos nós de fiscalizar a administração do Estado.

Enquanto isso, lamentavelmente, apenas assistimos crises são Deputados pedindo a cabeça de assessôres. São reclamamos que vêm de todo o Estado. Por exemplo o Hospital de Tuberculoso de Londrina não tem alimento para seus internos; a Faculdade de Medicina, da mesma cidade, não tem condições para sua manutenção.

O Estado está envolvido em pequenos casos e o Governo está deixando de lado sua obra primordial de desenvolvimento e se preocupa com crises internas, talvez por interesse d'êste ou daquele.

E nós, da oposição, queremos representar com dignidade o povo e nos vemos com dificuldades porque não nos permitem sequer formularmos pedidos de informação.

Fica, desta tribuna, nosso protesto e o apêlo para que, aqui, quando apresentarmos pedidos de informações a bancada governista deixando de lado os interesses do Poder Executivo olhe, sobretudo para os interesses da comunidade paranaense.

Era só, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Gilberto Carvalho, quarto orador inscrito.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Faço uso desta tribuna, nesta tarde, dirigindo-me ao "O Estado do Paraná" o órgão de maior circulação na minha região e principalmente no município que represento — Maringá.

Tenho que agradecer ao "O Estado do Paraná" por uma divulgação sobre o manifesto que assinei favorável, dando meu integral apoio ao Governo do Estado.

Nós viemos para esta Casa, srs. Deputados, com o propósito de trabalhar e servir o povo paranaense. E não poderia deixar de fazer o meu pronunciamento.

Nós vimos hoje a notícia com referência a solicitação a S. Exa., o sr. Governador do Estado, pedindo a cabeça de um funcionário. Já se divulga até pensamento, porque eu não tenho conhecimento dêsse documento encaminhado a S. Exa. o sr. Governador do Estado. A CPI a que se refere, para a qual fui indicado. Realmente eu participo dela e estou pronto a integrar essa CPI, desde que haja um plano de trabalho, previamente elaborado, para que essa CPI tenha uma finalidade, para que chegue ao final e traga a esta Casa um resultado de um trabalho realizado. Se assim não fôr, eu não participarei dessa CPI.

Estejam certos que procurei dar essa divulgação, porque acham que sou suspeito, porque assinei aquêle manifesto. Estejam tranquilos, jamais aceitei uma função para ser meramente uma figura decorativa. Se há dificuldade para esta Comissão fazer um levantamento da administração passada, sabem bem os srs. Deputados, que para o levantamento de todos os órgãos do Estado é preciso uma grande equipe, com advogados, economistas — fiquem certos de que não ficarei aqui apenas para assinar aquilo que foi levantado por êsses técnicos.

É preciso ir de repartição em repartição. Por isso, não vejo condições para nós, Deputados, acompanharmos essa CPI, porque nós estaremos abandonando, deixando nossos compromissos assumidos com o povo, de trabalhar pelo nosso Estado, porque muito mais de seis meses serão necessários para chegarmos a uma conclusão.

Seria interessante que, ao invés de organizar essa CPI, que fôsse encaminhado à CGI uma equipe para fazer o levantamento e trazer ao conhecimento desta Casa. Mas não vejo condições de nós, Deputados, abandonarmos



a nossa região, nossas obrigações assumidas com o povo, para levantar o passado e nós nada temos com o passado.

O SR. PRESIDENTE — Lembro ao nobre Deputado que falta 1 minuto para concluir.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Esse manifesto assinei, com minha consciência tranquila, como assinaria para outro Governo que tivesse assumido porque é preciso que se dê um crédito de confiança a um Governo que assume. É preciso dar tempo para que ele realize alguma coisa. É preciso confiar para que o Paraná tenha melhores dias, com progresso e tranquilidade, a fim de que cumpramos com nosso dever. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao deputado Antônio Belinati, quinto orador inscrito.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

A exemplo do que ocorreu ontem com o dep. Alvaro Dias, também a bancada do Governo deliberou não aprovar um requerimento de nossa autoria, cujo objetivo não era outro, senão pedir informações ao sr. Marcos Prado, diretor do DETRAN, indagando se há ou não há alguma lei que tenha estabelecido os estacionamento privativos, não apenas em Curitiba, como no interior do Paraná.

A nossa intenção é acabar com os privilégios, porque o cidadão, no instante em que emplaca seu veículo, está pagando os impostos devidos ao Estado; ele está saldando seus compromissos. Somos favoráveis à extinção dos discos obrigatórios. Com estes discos é permitido parar em determinadas ruas, enquanto quem não o tem não pode parar. O direito deve ser para todos e iremos, futuramente, entrar no mérito deste assunto relacionado com o disco obrigatório do DETRAN.

Devo confessar aqui que conhecemos a personalidade do líder João Mansur. Há muito tempo mesmo sem conhecê-lo, pessoalmente, já eramos admirador de S. Exa. que soube sempre ter a sua própria personalidade política. O deputado João Mansur não é daqueles homens que mudam de acordo com o Governo, que dançam conforme a música. Entendemos que o político brasileiro tem que ter a sua própria formação. Não é hoje estar com um Governo e amanhã estar com outro, apenas por interesse pessoal.

Nosso requerimento foi rejeitado, é bem verdade, mas não entendemos que tenha sido essa uma atitude deliberada, ou no sentido de nos prejudicar, porque não estávamos fazendo outra coisa senão de representar os eleitores que nos deram este mandato. Podem estar certos que aqui voltaremos, sempre que entendermos necessário, com novas reivindicações do povo ainda que elas não sejam acolhidas por esta Casa, porque assim procedendo estaremos fazendo justiça ao povo que depositou sua confiança em nossa mocidade e em nosso trabalho.

Sr. Presidente, srs. Deputados, a CPI do sr. Paulo Pimentel foi solicitada nesta Casa no dia 12 de abril e até o presente momento não foi sequer instalada. Já se passaram dezessete dias e não tiveram tempo sequer de instalar a CPI solicitada pelo sr. Paulo Pimentel. Entendemos que muitos já vão firmando sua posição nesta Casa e a verdade é esta — não há mais razão de CPI, ela deveria pura e simplesmente, ser extinta porque já se notou que não houve o interesse da sua instalação. Ela foi requerida e como nós dezessete dias subsequentes não foi instalada, gostaríamos de sugerir que essa CPI fosse extinta por esta Casa, porque consideramos que ela está prejudicada. Aquêles que se manifestaram contra o atual Governo, se participarem da CPI, é evidente que sua conduta poderia ser encarada como suspeita, é com aquêles homens que estão ao lado do Governo poderia ocorrer a mesma coisa, a mesma suspeita.



O SR. PRESIDENTE — Lembro ao orador que falta apenas um minuto.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Como os trabalhos vão neste ritmo, neste passo de tartaruga e como não foi ainda essa CPI instalada, para evitar que amanhã se venha dizer que um, dois, três meses se passaram do pedido formulado por Paulo Pimentel e em consequência, quem sabe, houve falta de tempo dos srs. Deputados para reunir-se e colocar em funcionamento a CPI, gostaríamos de dizer que o único caminho é a extinção dessa CPI porque ela nada resolverá, e entendemos que ela não poderá trazer qualquer colaboração para o Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o primeiro orador inscrito no grande Expediente, sr. deputado Hélio Manfrinato.

O SR. HÉLIO MANFRINATO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Nós estamos hoje passando por esta tribuna para prestar contas da viagem que fizemos para o Espírito Santo, onde se compôs uma Comissão representativa desta Casa, da qual fiz parte, juntamente com os deputados Lázaro Dumont e Antônio Maciel.

Meus srs., tratando-se naquele Quarto Congresso do Café onde foram divididas em comissões diversas, cheguei a fazer parte da Comissão de Industrialização do Café. O deputado Antônio Maciel fez parte da Comissão de Técnica do Planalto e da agronomia em geral. Lá o deputado Antônio Maciel, através da delegação do Paraná nesse Congresso, apresentou um trabalho, aqui está o tópico do trabalho prestado que passarei a ler neste instante, um tópico e em razão desse trabalho naquele Congresso, a Delegação do Paraná, vai prestar as mais importantes contribuições para a cafeicultura brasileira. Neste conclave foi apresentada uma tese sobre cultivo do café em renque, segundo este Deputado, se constituirá na cafeicultura do futuro. O apresentador foi assessor também, diz ele, do Ministro da Agricultura, sr. Ivo Arzua. Por isso, com muita base expressou-se e exibiu um "slide" naquela Comissão. Foi bem contemplado este Deputado que apresentou seus "slides", demonstrando o plantio em renque da lavoura cafeeira, que se constitui num plantio moderno, elogiado por diversos Deputados da região, entre Deputados de Minas Gerais e Deputados do Espírito Santo, que louvaram os trabalhos prestados por esse ilustre Deputado. Mas com referência ao meu trabalho, na Comissão de Industrialização, foram diversos tópicos encaminhados àquela Comissão, onde nós tivemos o prazer de ganhar uma questão que falava na prioridade de fábricas já instaladas, no Brasil, com referência a seu financiamento para outras fábricas em instalação. E nós mudamos a tese pedindo que se financiasse as fábricas já em produção, já instaladas e que o Governo ao invés de instalar uma outra fábrica, desse condições a que já estão produzindo, que se desse condições e financiamentos para que estas fábricas já instaladas pudessem ampliar muito mais. Mas srs. Deputados, fomos felizes porque ganhamos a questão em votação por unanimidade, nesta emenda que tivemos a felicidade de apresentar. Com referência ao Estado do Espírito Santo, lá tivemos diversos contatos onde verificamos que um pé de café, aqui do Paraná, precisa aquele Estado de três pés de café para que produza como um pé do nosso Estado, mas, mesmo assim, com a luta perseverante daqueles agricultores, que mostram ânimo mesmo diante desta ferrugem em que tanto se fala por este Brasil inteiro, já estão aplicando as novas plantações modernas e com coragem para restabelecer a lavoura cafeeira em nosso País. Assim, também, disse o Presidente do IBC, que o povo do Paraná continue plantando o café, porque a ferrugem é mais falada e não é tão prejudicial como se pensa e que se leva ao conhecimento de muitos cafeicultores do Brasil. A técnica tem confiança, disse o Presidente do IBC; disse também que será solucionado



dentro em breve este problema que existe, que é a ferrugem, passarei a falar, neste instante, com referência aos minérios, as areias monazíticas, que tive a oportunidade de ver, a riqueza brasileira, que ainda não tinha tomado conhecimento porque não conhecia aquele Estado.

Imaginem, sr. Presidente, Deputados, saí lamentando com o que se passa e o que vi, naquele Estado. Pois me lembro ainda do Descobrimento do Brasil, quando milhares e milhares de toneladas de ouro, eram levadas para o Brasil. Ainda diz aquela velha história, que aproximadamente 600 quilos de diamantes naquela época, foram levados embora da nossa terra. Mas, o mesmo acontecimento, sr. Presidente e srs. Deputados, o Brasil no mesmo caminho e no mesmo acontecimento, navios que chegam como companhia de basculantes de 3, 4, 5 navios e noite consecutivamente, levando os minérios brasileiros, levando areias monazíticas, e aqueles apitos efervescentes ou estridentes, parecendo dar o seu último adeus às terras brasileiras, alguma coisa, que venha a ser útil ao nosso povo. Porisso, srs. Deputados, quando a gente roda por este Brasil afora, muita coisa se conhece. Esta Comissão de Deputados desta Casa, a sua representação em Vitória do Espírito Santo, muitas experiências obteve, muitas coisas, lá viu. O Brasil continua ainda, cada vez mais, sendo levado para o exterior, com suas matérias primas caríssimas que tantos serviços poderiam ter prestado à economia brasileira com a grande juventude, com os grandes homens que vêm por aí amanhã.

É lamentável, srs. Deputados, mas esperamos que o sr. Presidente da República, juntamente com todos os Senadores, Deputados federais e estaduais, com a opinião de cada homem que aqui compõe esta Casa, e de todo o Brasil, ajudem a encontrar uma solução plausível, trazendo para a nossa terra, esta terra hoje Brasil, que no seu descobrimento "Terra de Sta. Cruz", que faça entre esta juventude, técnicos, cientistas, que venham aproveitar esta matéria prima que jorra pelas jazidas deste Brasil afora.

É lamentável, nobres Deputados, o que vimos naquele Estado, mas eu tenho esperanças, tenho fé, que a juventude brasileira há de um dia fazer fumegar chaminés de indústrias, explorando os minérios próprios do solo da nossa terra, fazendo o engrandecimento da nossa Pátria, o engrandecimento da nossa riqueza, é a esperança do dia de amanhã.

Srs. Deputados, ainda ouvi ontem quando o nobre deputado Antônio Lopes que ocupava a tribuna, falava-se em revolução, falava-se em tantas condições para proporcionar uma nova era, uma nova política e uma nova estado deste País. Mas me fazia lembrar naquele momento, quando o deputado Paulo Poli ocupava a tribuna, dizia que o lavrador antigamente ainda tinha uma carroça para fazer as suas compras na cidade e que hoje, alguns deles ainda têm um cavalo e muitos outros vão a pé; aqueles que têm o seu meio de condução puxado a animal.

Isto tudo, srs. Deputados, faz ver que o Brasil ainda não está caminhando naquele passo da esperança e da propaganda que tanto se faz em televisão, em rádios e jornais. Que o Brasil grande; que o Brasil da esperança; na nossa fé. Mas é preciso que nos unamos, que façamos aqui uma experiência através dos técnicos. É preciso que façamos, srs. Deputados, através de nossa palavra dessa tribuna; que o Governo do Estado faça, através de sua administração, que todos os homens responsáveis por este Estado maravilhoso, façam um esforço de trabalho para um Paraná grande, para um Brasil grande, que é a esperança do povo brasileiro.

É esta srs. Deputados a nossa missão. Vamos deixar daqui para a frente, o que ficou atrás, o que vem hoje levando aos demais Estados do Brasil. Que aqui no Paraná, jornais do Rio e de São Paulo, continuam comentando assuntos que na realidade não existem; dando uma impressão má do Paraná, de Foz do Iguaçu, de Guaíra, de Vila Velha, dos pinheirais, que têm seus galhos levantados para o céu, parece, agradecendo a Deus por ter nas-



cido neste Estado. Neste Paraná de esperança. É aqui nobres Deputados, que nós devemos nos congregar em busca do progresso tão esperado e tão pregado pelo rádio e televisão. E então, neste instante, estou pedindo desta tribuna a esta Casa, à imprensa e ao Paraná inteiro que partamos para uma realidade. Não vamos chegar a esta tribuna com teses banais, sem proveito e sem esperanças, pois as horas passam, os dias, os meses e os anos passam, e o Paraná está parado. E assim, sr. Presidente, srs. Deputados, vamos continuar na mesma meta do sr. Presidente da República, porque ele tem tanta esperança. Falam seus técnicos de Brasília e é preciso que os técnicos do Paraná, que os seus homens, os Secretários de Estado, que os assessores do sr. governador Leon Peres, é preciso que todos do Governo, nesta Casa, levem para ele, a paz de espírito e a tranquilidade; que tenha a oportunidade de pensar em favor da causa deste Paraná e deste povo.

E esta, sr. Presidente, Deputados, a nossa esperança; que se congregue em pensamento, é o que esperamos e que se transforme em pensamento, é o que esperamos e que se transforme em realidade...

**O sr. Antônio Lopes Júnior** — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre deputado Hélio Manfrinato. V. Exa. digno representante do MDB e mais autêntico representante do homem do interior paranaense, este homem que constrói no silêncio e no anonimato, a grandeza da Pátria, V. Exa. interpretando fielmente o pensamento desses homens que lá estão, no fundo do sertão, trabalhando para que nós possamos transmitir aos nossos filhos, este Brasil tão grande quanto herdamos de nossos antepassados, está dando hoje nesta Casa, uma grande lição a que todos nós da Arena e do MDB devemos atender, trabalhar desinteressadamente, com os pés fincados no chão da realidade e o pensamento voltado para Deus e para a Pátria, com o desejo sincero de fazer um grande País e um grande Paraná. Parabéns.

**O SR. HÉLIO MANFRINATO** — Obrigado.

**O sr. Nivaldo Krüger** — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Deputado Hélio Manfrinato, quero expressar a minha satisfação por tê-lo na minha bancada, por ser V. Exa. um dos integrantes da pequena bancada do MDB que está engrandecida neste instante pela sua presença, pela sua autenticidade, homem de trabalho, homem simples, homem de luta, mas que pensa no interesse do Estado demonstrando um grande espírito patriótico. E com manifestações desta ordem que engrandecemos não só o MDB, mas a vida pública e reconceituaremos, certamente, na opinião do povo, a política brasileira.

**O SR. HÉLIO MANFRINATO** — Agradeço a V. Exa..

**O sr. Gilberto Carvalho** — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). E com satisfação que ouvimos o pronunciamento de V. Exa. porque, como já disse o deputado Antônio Lopes Júnior, V. Exa. traz aqui o pensamento do povo do interior. E isto é que precisamos, que todos se entendam mas que pensem em trabalhar em paz e tranquilidade para engrandecer o Paraná. Cumprimento V. Exa. por este pronunciamento porque revela o pensamento de todos nós para melhores dias para o querido Paraná.

**O SR. HÉLIO MANFRINATO** — Agradeço ao nobre Deputado.

Prosseguindo sr. Presidente, muitos Deputados que por esta tribuna passaram, levaram seus projetos à Presidência desta Casa...

**O sr. Maurício Fruet** — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Desejo apartear-lo antes que V. Exa. termine o assunto inicial, tão bem abordado em seu pronunciamento nesta tribuna.

Lembrava-me de um conceito básico de moral, quando se discute nos bancos escolares, nas Faculdades, a diferença e a relação existente entre moral e direito. E existe uma frase de Paulo que sintetiza tudo que V. Exa. está dizendo na tribuna, frase esta que deveria ficar guardada na mente de cada um dos que ocupam cadeiras nesta Assembléia de representantes do



povo do Paraná. "Nem tudo que é justo, edifica". Na realidade, bem disse V. Exa. que discussões estéreis, sem nada de objetivo, discussões vazias, sem conteúdo de ordem prática de forma alguma vão ajudar a edificar o Paraná. Podem ser justas, porém não edificam. Devemos buscar, acima de tudo, nos pronunciamentos e no encaminhamento de votações, que nem tudo que é justo edifica.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Sr. Deputado, quero, nesta oportunidade, congratular-me com V. Exa.. Oxalá todos os Deputados que usassem desta tribuna fizessem uma declaração como esta que V. Exa. vem fazendo, no sentido da paz, concórdia e trabalho que é o que todos queremos. Quero manifestar a V. Exa., neste instante, que é este o pensamento do governador Haroldo Leon Peres, de paz e tranquilidade para trabalhar em favor do Paraná e corresponder com a confiança que recebeu. Infelizmente, pessoas menos avisadas procuram tumultuar a vida administrativa do Estado. Folgo e fico satisfeito quando um homem do interior, como eu mesmo, vem pregar da tribuna tudo que queremos e esperamos alcançar. Em nome da liderança da Casa, congratulações à V. Exa., porque é um homem equilibrado, minhas congratulações à V. Exa., porque homens equilibrados como V. Exa., através de pronunciamentos como este é que precisamos a fim de que fique tranquila a família paranaense e possamos levar ao Estado do Paraná os dias tranquilos que todos esperam, principalmente dos homens responsáveis pelos destinos deste Estado.

Receba minhas congratulações, nobre Deputado, porque continuando nessa tribuna V. Exa. estará prestigiando e servindo ao povo paranaense.

O SR. HÉLIO MANFRINATO — Mas, sr. Presidente, srs. Deputados, continuando meu pronunciamento, vi muitos projetos passarem por esta tribuna e entregues à Presidência desta Casa; vi constituições de comissões de inquérito; vi outras coisas que não gostaria de abordar neste momento.

Mas, é necessário, sr. Presidente, srs. Deputados, todos esses papéis gastos e toda essa perda de serviços refletem o próprio Estado do Paraná, pela sua perda de tempo e trabalho.

Queria agradecer, desta tribuna, um aparte que me foi concedido em outra oportunidade, quando um ilustre Deputado desta Casa pedia aos deputados Erondy Silvério e Armando Queiroz que parassem com aqueles atritos; que parassem com os pedidos de constituição de Comissão de Inquérito; que parassem com os desentendimentos e cruzassem suas mãos e as apertassem, porque o Brasil, como já se dizia naquela canção do último Campeonato Mundial, "o Brasil é formado por 90 milhões, é uma corrente pra frente" e, por isso, chegou a hora do trabalho e da compreensão, e da esperança. Unamo-nos nesta Casa e marchemos para o desenvolvimento do Paraná.

Srs. Deputados, venho de uma região cafeeira e agropecuária. Venho de uma região que produz o café e cria também o gado; onde existem muitos homens com vida equilibrada, mas existem, e demais, a pobreza.

E é neste instante que precisamos, mais do que nunca, trabalharmos e unirmo-nos nas Comissões, para levarmos nossos trabalhos às Secretarias de Estado, aos líderes de partidos, aos assessores do Governo, e ao próprio Governador, para que se solucionem os problemas de nosso povo. Porque, através dos recursos do próprio Estado, com os recursos que a natureza nos deu, juntamente com a inteligência e oportunidade que Deus nos deu, procuremos dar não só esperanças e condições ao povo menos protegido, aos menos favorecidos.

Vamos à Secretaria do Trabalho e Assistência Social, para que essa Secretaria, juntamente com o sr. Prefeito Municipal, tomem providências quanto a esses mendigos que vivem esmolando pelo centro da cidade.

Srs. Deputados, existem, em Londrina e Cianorte, a SS que, se não me



engano dá assistência aos menos favorecidos. E nós precisamos analisar que aqueles que perambulam pelas cidades, pelas estradas, são nossos semelhantes, portanto, nós que compomos esta Casa, o Governo, as Secretarias, e os técnicos, afinal, que dirigem os destinos deste Estado, e porque não dizer, também colaborando com o Brasil inteiro.

O sr. Xenofonte Villanueva — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre deputado Hélio Manfrinato, seu pronunciamento nesta Casa, na presente oportunidade, dignifica não só o legislativo, como a figura humana que V. Exa. representa. Homem do interior, afeito às lides próprias do homem do interior, está demonstrando um conhecimento dos problemas de nosso Estado, está demonstrando que veio a esta Casa com o espírito desarmado e com o coração aberto, para que todos, num entendimento comum, lutemos para o engrandecimento de nossa Pátria, lutemos para que nossos filhos, no dia em que já tenhamos nossos netos, eles nos perguntem: "o que fez o senhor, meu Pai?" E nós, então, teremos oportunidade de dizer, junto com V. Exa., lutamos juntos, a ARENA e o MDB, sem divergências partidárias, dentro de um espírito só, comungando em benefício de nosso Estado. Lutamos pela grandeza do Paraná, que nessa oportunidade, na oportunidade de nossos filhos e nossos netos, será um Paraná grandioso, cheio de realizações que são semeadas hoje através do Paraná, com pronunciamentos como o que V. Exa. está fazendo.

Congratulo-me com V. Exa. que, nesta oportunidade, cresceu para mim, como figura humana e parlamentar.

O SR. HÉLIO MANFRINATO — Obrigado. Mas, prosseguindo, srs. Deputados, no assunto que vinha abordando, com referência à Secretaria do Trabalho e demais órgãos, como já disse, em Londrina, Maringá, Cianorte e outras cidades, já se tomam essas providências. Curitiba, hoje pela manhã, quando passava pela Rua 15 e Marechal, vi uma calamidade, senti no próprio coração o desespero por ver ali brasileiros jogados como animais nas ruas da cidade.

O sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, fui nominalmente citado por V. Exa. com palavras elogiosas e não merecidas. Quero testemunhar aqui nossa apreciação por V. Exa. e pela tese tão bela, tão legítima que V. Exa. defende. Dizia que era nossa preocupação citar como exemplo o estado de calamidade em que vivem os trabalhadores rurais. Mas quero fazer justiça, nobre Deputado, se nós, componentes da bancada da ARENA temos essa preocupação, porque não dizer aqui para que fique registrado nos Anais desta Casa, nós divergimos às vezes, até com certo entusiasmo, mas temos que nos curvar mediante os fatos contra os quais não existem argumentos — que não só V. Exa. com raro brilhantismo tem se preocupado com a situação dos humildes e pequenos, mas toda a ilustre bancada da ARENA e a luzida e ilustre bancada do MDB têm tido como uma constante, essa preocupação.

Aí, então, nobre Deputado, ao cumprimentar V. Exa. ao afirmar que a nossa bancada tem se preocupado com esse problema, quero estender aqui meus aplausos, meus respeitos, minha consideração a ilustre e eminente bancada da oposição nesta Casa, que V. Exa., neste instante, com tanto brilhantismo representa.

O SR. HÉLIO MANFRINATO — Muito bem, obrigado pelo aparte.

Disse, sr. Deputado, que esta situação calamitosa existe por este Paraná afora. Por este motivo, devíamos todos unidos achar uma idéia para a solução de uma parte porque não vemos, na realidade, uma solução de todo o problema.

O sr. Arthur de Souza — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Pelos apartes que V. Exa. vem recebendo nota-se de sobejo, o acerto e o idealismo com que o nobre Deputado vem abordando o assunto, que interessa a todo o Deputado que representa o homem do interior.



Congratulo-me integralmente com as palavras de V. Exa., com o relatório que vem fazendo relativamente a atuação dos Deputados que representaram esta Casa no Congresso e com a sua preocupação pelo homem humilde. V. Exa. abordou o fato de encontrar em ruas de nossa Capital homem caídos, de mendigos que estão a necessitar um atendimento. Para fazer justiça à Secretaria de Trabalho e Assistência Social, gostaria de comunicar a esta Casa que recebi um ofício, na emissora onde trabalho, contendo um apêlo de S. Exa. o sr. Secretário do Trabalho e Assistência Social, no sentido de que divulgássemos o seguinte aviso:

"Curitibano: Se você ver em uma das ruas da Capital, um homem caído, que esteja ameaçado de perecer de frio, telefone para um destes números". Não me lembro dos números, mas haviam vários números de telefone, para que o curitibano telefonasse. Assim que a Secretaria do Trabalho e Assistência Social receber um telefonema tudo fará para oferecer um teto àquele homem para que não pereça sob as intempéries do inverno curitibano.

Este o aparte que queria dar, corroborando com o que V. Exa. vem fazendo porque a preocupação é de todos nós e, ao mesmo tempo, trazer esta comunicação que espero tenha sido recebida com satisfação por V. Exa. por ver que providências estão sendo tomadas pela Secretaria do Trabalho e Assistência Social.

O SR. HELIO MANFRINATO — Se, na realidade, o sr. Secretário do Trabalho pensa desta forma, já se nota um gesto humano. Tanto os srs. Deputados como os curitibanos que nos ouvem neste instante precisam anotar os números dos telefones para poder colaborar com a Secretaria do Trabalho.

O sr. Arthur de Souza — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Comprometo-me a trazer os números dos telefones para que os srs. Deputados também possam colaborar.

O SR. HELIO MANFRINATO — Seria um prazer.

Tudo isto que disse nesta tribuna hoje, disse como homem do MDB, do Movimento Democrático Brasileiro. De uma coisa estejam certos os srs. Deputados que jamais ocuparei esta tribuna para fazer acerbas críticas, virei a esta tribuna, realmente, para criticar a realidade, porém honestamente, seja este ou aquele Governo.

Mas se um dia chegar a criticar ao examinar os processos, dados e requerimentos tenham certeza, que estarei colaborando com aqueles que na hora e no momento devo criticar. Espero que isto não aconteça.

O sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Deduzo — das palavras que V. Exa. está pronunciando — o grande interesse que está dando ao que foi debatido e estudado no Espírito Santo que, evidentemente, é de grande interesse para nosso Estado, em especial para nós, do Norte.

De modo que por este motivo quero felicitá-lo. Mas, o meu aparte se prente ao fato de ter V. Exa. citado nominalmente meu nome, se não me engano pela segunda vez, no sentido de que qualquer possível atrito ou desentendimento tivesse havido aqui fôsse suplantado e que todos nós, unidos, pudéssemos encontrar uma idéia que pudesse ensejar melhores condições para o Estado.

Eu, realmente participei de debates intensivos nesta Casa, todos eles relacionados com esta crise que surgiu, envolvendo a figura do Governador e ex-Governador. No entanto, é preciso que se reconheça que a crise aprofundou-se demais. Ela foi além das fronteiras do nosso Estado e fazendo com que, sr. Presidente, fôsse prejudicado nisso, na minha opinião, o próprio Estado. Daí porque ter eu resolvido não me prestar mais a servir como combustível para que a crise pudesse ter mais profundidade. Por isso continuo nas mirhas observações e fazendo votos de que se encontre realmente esta idéia, estes caminhos lembrados por V. Exa. e que pos-



samos, todos nós, cada um dando um pouco de sua ação, uma parcela do seu trabalho, ajudar a colaborar nesta grande meta que é a meta de S. Exa. o sr. Presidente da República, que outra coisa não deseja, senão o bem estar do nosso País.

O SR. HELIO MANFRINATO — Deputado Armando Queiroz, citei com muita honra o seu nome por duas vezes, notei o seu grau de cultura, a sua capacidade, a sua compreensão e que na realidade o senhor tem os meus parabéns e a minha gratidão também, o senhor caminha num pensamento unido para a esperança e para o futuro. Mas, srs. Deputados, queria concluir como falava se voltar um dia a criticar desta tribuna, os srs. podem de uma coisa estar certos, que vou criticar com bases fundamentadas, uma crítica construtiva, mas dentro da linha do meu Partido, do meu grande MDB, onde está esta grande bancada como também estou orgulhoso desta grande bancada da Arena. Por isso, srs. Deputados, hoje, aqui está meu pequeno pronunciamento. Prestei aqui contas dos trabalhos em que realizamos no Estado do Espírito Santo, com esta Comissão que dela fiz parte e o ilustre deputado Antônio Maciel e Lázaro Dumont, e deixo aqui, detalhadamente os nossos trabalhos prestados. Fiz também esta homenagem à grande imprensa do Paraná que essas críticas que é missão dos srs. repórteres de escrever e através deste veículo que é a imprensa, levar ao conhecimento do povo do Paraná inteiro, o que se faz, mas os srs. estão também de parabéns, mas gostaria que estes homens da imprensa, responsáveis diretores da mesma, procurem dialogar para chegarmos então à conclusão da realidade das coisas, para que nela se botasse também uma pedra fundamental, ou seja uma pedra que parasse e que não desse continuidade daquilo que se leva todos os dias em letras garrafais ao Paraná inteiro às vezes, como se dissesse pode ser distorção até de um redator, mas na realidade o povo entende inglês. Sei que é um órgão possante, são homens que merecem o nosso respeito, mas levem srs. repórteres, esta palavra deste modesto Deputado que vos fala neste instante, levem aos srs. Diretores e Secretários, que procurem dialogar, que procurem se entender com os órgãos, para chegar-se a uma conclusão de paz e de trabalho no Estado do Paraná.

E este Deputado, como bem disse, há poucos minutos, tem a responsabilidade que o povo lhe outorgou, porque foi o povo que me trouxe para esta Casa para defender os seus direitos como representante legítimo que sou, daquelas que para aqui me elegeram.

Estou aqui para defender o meu município, a minha região, a minha comarca, e emprestar de mim também ao Paraná inteiro, o meu trabalho. Porisso, nós homens de responsabilidade, devemos vir à tribuna, procurar fiscalizar, orientar e com perseverança, os acontecimentos que se passam na imprensa do Paraná.

Vamos para o trabalho, vamos para a luta, que o povo do Paraná espera.

O sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Não sei se V. Exa. já concluiu o seu discurso. Mas com a devida vênia de V. Exa. neste aparte, fugindo um pouco da matéria que V. Exa. está abordando, quero agradecer como se estivesse na tribuna, a diligência adotada de imediato, pelo ilustre Presidente da Comissão Especial, encarregada da Estrada de Ferro Central do Paraná, o deputado Paulo Poli que em atenção ao nosso apêlo, designou para o dia de amanhã, às 10 horas, uma reunião desta Comissão para iniciar as suas atividades. Este agradecimento, eu redobraria face às palavras com que este mesmo Deputado se dirige a V. Exa. e à nossa bancada.

Com relação ao discurso de V. Exa., cujo início me permito, de não ter assistido porque estava com a atenção voltada para um outro assunto para o qual fui solicitado, gostaria de indagar de V. Exa., se o Congresso



Nacional do Café abordado o problema da comercialização da última safra cafeeira, principalmente, com relação ao Paraná, se o assunto relativo à baixa do preço do café que ocasionou sérios transtornos para a economia cafeeira paranaense, com reflexos inciduosos na economia do nosso lavrador, como V. Exa. tão admiravelmente discorreu. Gostaria de saber se este assunto foi ventilado no congresso. Em caso afirmativo, se o congresso aprovou a orientação do Ministério da Fazenda, adotado pelo Ministério da Fazenda com referência ao assunto cafeeiro, especificamente a este problema e no caso negativo, deixo V. Exa. com liberdade de não dar a resposta ao meu aparte.

Em segundo lugar, eu gostaria de, numa participação especial, dar apoio integral às suas palavras com referência à participação no Quarto Congresso Nacional do Café, lá em Vitória. E esperamos que as realizações e decisões finais dêse congresso, como de tantos outros feitos por este Brasil afora, não fiquem apenas nos propósitos; que saíamos deste congresso somente com a esperança renovada de que as pode alcançar esses objetivos. Acreditamos firmemente nas palavras do sr. Ministro da Indústria e Comércio, como acreditamos nas palavras do sr. Ministro da Agricultura e mais ainda nas palavras do Presidente do IBC.

O SR. HELIO MANFRINATO — Nobre deputado Muggiati Filho, com referência ao preço do café, pronunciou maravilhoso discurso o deputado Herbert Levi, de São Paulo. O Deputado falou na instalação do congresso que na realidade o preço do café já não corresponde mais aos anseios dos cafeicultores, que tiveram suas plantações em 1.969, assoladas pelas geadas, como é do conhecimento de todos, pois não houve modificações nos preços.

Apenas, o sr. Ministro do Comércio e Indústria e o sr. Presidente do IBC, fizeram esquema do café para o ano de 72, como o preço de 182 cruzeiros por saca. Uma proposição ao Congresso, aprovada, da comissão de Agricultura, pediu antecipação dêse preço para o ano de 71. Foi aprovada por unanimidade. Apenas falta o esclarecimento do sr. Ministro do Comércio e Indústria que dará uma decisão dos nossos debates sobre o assunto.

Era essa a resposta ao aparte de V. Exa..

O SR. MUGGIATI FILHO — Obrigado.

O sr. Governador — Nobre Deputado, pedi o aparte por dois motivos, o primeiro deles, falar sobre a participação de V. Exa. no Congresso Nacional do Café, no que sou um pouco suspeito, porque tive o prazer de acompanhá-lo. Mas, gostaria de cumprimentá-lo pela maneira brilhante como V. Exa. se conduz nesta Casa, não somente hoje mas desde o início, em defesa da nossa lavoura, da nossa agricultura. Porque eu venho da lavoura, de movimentos ligados à agricultura e poderia esclarecer a V. Exa. o seguinte: que os homens responsáveis pelo planejamento econômico nacional, colocassem a agricultura no local que ela merece, diante do altar econômico, se assim podemos chamar, o comércio, principalmente uma equiparação de preços ao trabalhador, ao pequeno produtor, que estaria numa situação muito melhor do que está, nas palavras do Presidente do IBC, e acreditamos piamente que para uma solução quase que imediata de sobrevivência da cafeicultura brasileira, os preços de 72 sejam antecipados para este mês próximo que se inicia nestes dias. Assim não só os grandes produtores de café, mas os milhares de pequenos produtores e aqueles que detêm o café teriam uma solução melhor do que temos no momento. Portanto, me congratulo com V. Exa. pelo pronunciamento e por sua participação no 4.º Congresso Nacional do Café.

O SR. HELIO MANFRINATO — Agradeço a V. Exa., deputado Lázaro Dumont, que é também um defensor da agricultura brasileira. Pois saiba o nobre Deputado que a agricultura foi a base fundamental e até hoje é a base do País mais rico do mundo, os Estados Unidos. Acredito que a base



fundamental, como disse de tôdas as Nações, foi e é o agricultor que leva o pão de cada dia à mesa de todos os brasileiros.

O sr. Pinto Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

O SR. PRESIDENTE — A Presidência informa ao orador que dispõe de apenas mais cinco minutos para terminar seu pronunciamento.

O sr. Pinto Dias — Sr. Deputado, inicialmente quero congratular-me com o pronunciamento de V. Exa., sobre um assunto, a nosso ver, dos mais importantes que vive a atualidade paranaense e brasileira. Gostaria que V. Exa. fizesse um esclarecimento com relação ao preço da saca para 72. V. Exa. disse que o preço de 182 cruzeiros passará a vigorar de maio de 72?

O SR. HELIO MANFRINATO — V. Exa. me perdoe, mas naturalmente foi má interpretação. O Preço de 182 cruzeiros irá vigorar no esquema do café, em janeiro de 72.

O sr. Pinto Dias — Esta Casa ainda a semana passada aprovou requerimento de um brilhante deputado do MDB, Deputado que tem atuado principalmente no setor da cafeicultura e este requerimento solicita às autoridades a antecipação deste preço para que passasse a vigorar no início da safra em maio de 71.

Sugeria também o requerimento a esta Casa a criação de uma Comissão de Deputados para que atuasse a partir da semana vindoura com veemência junto às autoridades federais para que esta reivindicação venha a ser realmente atendida. Porque, a nosso ver, o preço do café a partir de janeiro de 72, fixado pelo esquema cafeeiro da safra de 72, virá acarretar prejuízos extraordinários ao produtor. Como sabe V. Exa., que é representante da cafeicultura de Cianorte, como conhecemos nós, da região de Paranavai, o homem que labuta, que trabalha com a agricultura, recebe os financiamentos agrícolas até 30 de setembro deste ano. Veja V. Exa. que até janeiro toda a safra estará colhida, toda a safra estará transportada. Então este preço não vem beneficiar o homem que colhe e vem criar dificuldades tremendas para o pequeno produtor porque terá ele que vender, a pequeno custo, sua mercadoria, entre 30 de setembro, para saldar os compromissos agrícolas que marcam o início do ano agrícola.

Quero congratular-me com o trabalho feito pela Comissão do Café, porque é um trabalho oportuno e justo. E quero, ao mesmo tempo, fazer um apelo a todos os Deputados do Paraná para que juntos lutemos por essa tese, porque ela, virá, realmente beneficiar aquele que produz, aquele que tira da terra o maior produto de exportação do Brasil.

O SR. HELIO MANFRINATO — Srs. Deputados, quero lhe adiantar o seguinte: falta muita organização neste Estado, e proponho a V. Exa. que peça a instalação de uma Comissão idêntica a essa que V. Exa. sugere. Porque, ao congresso realizado em Vitória, Estado do Espírito Santo, havia um grupo de trabalho lutando pelos interesses de São Paulo. E isto é necessário. Portanto, V. Exa. deveria encaminhar, à Mesa, esse requerimento.

Srs. Deputados, com referência aos preços do café para os anos de 72-73, e assim por diante, um novo esquema do Governo Federal deverá ser lançado em junho de 71, para a safra de 71-72.

Nós rogamos a Deus que atenda nossas necessidades, porque, juntamente em 30 de setembro tem vencimento os compromissos bancários, e é exatamente nessa oportunidade que o intermediário enriquece através do suor do homem que trabalha com a caçado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Com a presença de 45 srs. Deputados passa-se à

ORDEM DO DIA.

O sr. Antônio Belinati solicitou, em sessão anterior, resposta a uma sé-



rie de indagações relativas à administração e ao pessoal da Secretaria da Casa.

A Comissão executiva tem pronta resposta a todos os quesitos então formulados. E para que dêles tome conhecimento o Deputado autor do pedido e todos os nobres Pares, a Presidência solicita do sr. 1.º Secretário que leia a resposta.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Poderíamos dar conhecimento das respostas ao pedido de informação formulada pelo sr. deputado Antônio Belinati, da Mesa.

Todavia, sr. Presidente, preferi fazê-lo desta tribuna para possibilitar aos srs. Deputados, em apartes, os esclarecimentos que porventura desejem os srs. Deputados.

O sr. deputado Antônio Belinati, em expediente datado de 22 do corrente mês, protocolado sob o n.º 2.316, formula perguntas relativas à administração desta Casa.

Tenho em mãos a resposta formulada pelo sr. Diretor Dorizon Salgado Bueno, Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e por conter as respostas, a Comissão Executiva faz sua esta informação.

O SR. IVO TOMAZONI — (Lendo) "Assumimos a Direção Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado no dia 1.º de março do corrente ano, precisamente há um mês e doze dias.

Nesse espaço de tempo, não fomos procurados, como também não o foram ao senhores Diretores e Chefes de Serviços Autônomos, por qualquer um dos novos senhores Deputados que desejasse informar-se, tomar conhecimento ou mesmo que manifestasse interesse em conhecer a administração desta Casa. Nenhum quis saber, pessoalmente, quantos somos, o que fazemos, o que produzimos; quais as diretrizes, quais as normas e princípios que regem e norteiam nossa administração.

Não houve êsse salutar e normal interesse, embora por nós tão almejado.

Fomos procurados por alguns, isto sim, para conseguir salas, comprar móveis, máquinas de escrever e material de escritório, e bem assim que lhes pusessemos funcionários à disposição.

As salas foram conseguidas, embora a falta de espaço e, em consequência, com prejuízo da própria administração. Restam, apenas três Deputados da ARENA a serem devota e cordignamente alojados. Fato que muito nos preocupa e para o qual estamos procurando solução.

Os móveis, as máquinas de escrever e o material de escritório, já concluída a licitação legal e a consecução em breve de recursos financeiros, serão adquiridos.

Os funcionários solicitados foram cedidos e se acham sob a responsabilidade dos respectivos solicitantes.

Agora e até que enfim, a oportunidade surge e propiciada pelo requerimento do senhor deputado Antônio Belinati, corroborado em plenário pelo senhor deputado Sebastião Rodrigues Júnior.

Esclareçamos, então!

A nossa administração se faz às claras e a Casa, que é do povo dá guarida e recebe, cordial e prazerosamente, aqueles que aqui aportam pela vez primeira. A direção e os funcionários, como é de tradição, os recebem de braços abertos.

Tudo está à disposição dos senhores Deputados. Venham e examinem aquilo qu lhes aprouver. Pedimos, tão somente, compreensão e colaboração. E que estudem e sugiram medidas, para corrigir possíveis falhas, já que, na nossa longa vida funcional, nada vimos próximo da perfeição.

Normas e diretrizes as temos. Delas jamais nos afastaremos.

No exercício de nossas funções, não temos e não podemos ter côr político-partidária, já que o Poder Legislativo é, essencialmente, político. To-



dos os senhores Deputados são recebidos e tratados no mesmo nível de igualdade. A todos respeitamos. Não temos preferências; temos, sim, grandes e profundas amizades.

Sabemos do empenho e dos elevados propósitos dos senhores Deputados e Membros da Comissão Executiva: batalhar para manter e elevar cada vez mais o prestígio e a responsabilidade desta Casa. Nessa batalha nos integramos incondicionalmente.

Com a compreensão e a colaboração de todos, Deputados e funcionários, haveremos de atingir o nobilitante desiderato da Comissão Executiva: elevar o prestigiamento, assegurar a independência e preservar, principalmente e acima de tudo, a dignidade do nosso Poder Legislativo.

### O PEDIDO DE INFORMAÇÕES

Regem a vida funcional os servidores da Secretaria da Casa: a Constituição; o Regimento Interno; o Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado; a Lei n. 6119, de 29 de junho de 1970, que dispõe sobre o Quadro do Pessoal e fixa vencimentos e vantagens; Decreto Legislativo 573-67 de 29 de novembro de 1967, que organiza e disciplina os Serviços da Secretaria em fase agora de reestudo para aplicação da reforma administrativa. Resoluções outras, decretos legislativos e mais recentemente o Decreto Legislativo 75-71, de 11 de fevereiro de 1971, encaminhado a todos os srs. Deputados. Esta Legislação temos para consulta e estudo dos srs. Deputados na Diretoria Geral, no Gabinete de Assistência Técnica e na Biblioteca da Casa.

Foi requerido:

Primeira pergunta — Qual o número de funcionários dêste Poder, seus nomes, funções e lotações.

Número de funcionários 509. Demais especificações estão contidas na relação anexa n. 1.

Abro um parentesis para afirmar que nos últimos quatro anos as Comissões Executivas desta Casa não aumentaram o número de funcionários dêste Poder, pelo contrário diminuíram em cerca de 150 funcionários desde que alguns foram demitidos, outros aposentados e os cargos iniciais de carreira foram extintos, numa prova que êste Poder, mais do que qualquer outro pretende, e está conseguindo, com o menor número de funcionários administrar a Casa com economia para as finanças do Estado.

Segunda pergunta — Quais os funcionários dêste Poder que estão à disposição de outros órgãos. Seus nomes, cargos e datas dos atos que os colocou à disposição. Quero deduzir que esta seja a redação correta da pergunta, porque a pergunta n. 2 falava na data da disponibilidade. Acreditamos que se trate da data que os colocou à disposição.

Resposta contida na relação anexa n. 2. Devo esclarecer, todavia, que a Mesa decidiu na relação anexa n. 2. Devo esclarecer: 464  
Mesa decidiu atender somente requisições de funcionários quando oriundos ou solicitados pelos Chefes do Executivo e do Judiciário, dos Presidentes do Tribunal de Contas e Tribunal Regional Eleitoral, Prefeito da Capital, órgãos federais sediados ou não neste Estado.

Terceira pergunta — Quais os funcionários de outros órgãos à disposição dêste Poder. Seus nomes, cargos e datas dos atos, relacionando as gratificações que, por acaso, perceberem.

Também pretendemos dar nova redação à pergunta. Quais os funcionários de outros órgãos que estão à disposição dêste Poder, seus nomes, cargos e data da disponibilidade, relacionando as gratificações que, por acaso, perceberem.

A resposta também está contida na relação n. 3. Percebe gratificação e agora digo — não por acaso, somente o funcionário, guarda do Batalhão de Trânsito que atende e fiscaliza o pátio de estacionamento privativo dos



srs. Deputados. Seu nome — Benedito José Teixeira. Valor da gratificação Cr\$ 60,00.

O segundo guarda do Batalhão de Trânsito, do período da manhã, irá perceber idêntica gratificação, através de processo que está em tramitação. Seu nome Joaquim Barbosa Natal. Fonte Legal — Resolução n. 2-64 de 20 de fevereiro de 1964, art. 11.

Quarta pergunta — Quais os funcionários desta Casa que percebem gratificação pela prestação de serviços extraordinários, quais as gratificações e suas dotações? (Esta deve ser a exata readção da pergunta).

RESPOSTA: Contida na relação anexa, sob n.º 4:

Esclarecimento necessário.

Há duas modalidades de gratificação pela prestação de serviço extraordinário:

I — a previamente arbitrada pelo Chefe da repartição, no caso a Comissão Executiva;

II — a paga por hora de trabalho, prorrogado ou antecipado.

Fonte legal: Lei n.º 6.174, de 16 de Novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado), art. 176, incisos I e II, §§ 1.º e 2.º.

Com referência ao item I, da concessão está dividida em duas partes:

a) Gabinetes dos Membros da Comissão Executiva e Gabinetes das lideranças, em número de funcionários fixados por decisão da Mesa;

b) Administração da Casa, em relação de funcionários selecionados, nacional e criteriosamente, pelo Diretor Geral que nos antecedeu no cargo, em consonância com os demais Diretores e Chefes de Serviços Autônomos.

Respeitada a dotação orçamentária própria, procurou-se, em ambos os casos, valorizar funcionários, imprescindíveis nos dois turnos de trabalho, propiciando-lhes remuneração condigna pelos serviços prestados, praticamente em regime de tempo integral.

Limite máximo de gratificação: 50% dos vencimentos.

Com referência ao item II, gratificação paga por hora de trabalho antecipado ou prorrogado, adotamos o critério do reconhecimento do mérito, procurando sempre valorizar o funcionário que trabalha com dedicação e desprendimento, remunerando-lhe condignamente pelos serviços prestados em horas de trabalho, antecipado ou prorrogado.

Dada a reduzida disponibilidade da dotação orçamentária, limitamos o teto máximo de gratificação em um terço do vencimento. E só autorizamos o pagamento aos funcionários que não se afastem dos serviços administrativos da Casa, desde que justificada a necessidade do serviço e plenamente comprovado o trabalho executado.

Tal vantagem requer, para sua percepção, considerando o trabalho a ser executado, assiduidade, pontualidade e, principalmente, capacidade funcional. Requisitos básicos que muitos funcionários pretendentes à gratificação, infelizmente, não possuem.

Neste particular, gratificação atribuída apenas aos funcionários da administração, abrimos uma única e exclusiva exceção. E somente o fizemos, atendendo as ponderações do eminente deputado NIVALDO KRÜGER — Líder do MDB, que conhecendo faz pouco tempo, já aprendemos a admirar e respeitar. E mais principalmente pelo lado humano do caso nos apresentando.

A Liderança do MDB atribuiu três gratificações pela prestação de serviços extraordinários que lhe cabiam, respectivamente, aos funcionários Clovis Stadler de Souza, Gilberto Daros e Enio Malheiros. Restou, sem a percepção da vantagem, um humilde servidor, o motorista daquela Liderança, funcionário Ernesto Peracetta, que trabalha dois turnos, inclusive até à noite, principalmente quando em viagem.

Creio, assim, plenamente justificada a única e exclusiva exceção, que nos vimos forçados a abrir.



5.a PERGUNTA: Quais os funcionários desta Casa que, por outros motivos, não prestam serviços à mesma?

RESPOSTA: Não sabemos quais sejam os alegados "outros motivos".

Desde que convenientemente esclarecidos e indicados concreta e objetivamente, não teremos dúvidas em esclarecer o nobre Deputado.

Uma simples e vaga presunção ou alegação não nos possibilita a verificação da verdade, sob pena de se cometer alguma injustiça. E a injustiça não está em nossos planos de Diretor Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa.

#### NÃO FOI REQUERIDO

Esgotadas as perguntas formulados no pedido, passemos às informações não requeridas, que, pela sua importância, reputamos necessárias.

I — Jamais a atual Comissão Executiva e esta Diretoria Geral, como ficou comprovado, a sociedade, negou a qualquer senhor Deputado "o direito de saber o estado funcional desta Casa". Se essa é julgada a principal e primeira missão de um digno representante do povo, alguém não está cumprindo com a missão lhe confiada.

Afirmamos, novamente; nenhum dos srs. Deputados nos procurou, como também não foram procurados os senhores Diretores e Chefes de Serviços Autônomos, para esclarecimentos ou prestação de informações a respeito dos serviços da Secretaria da Assembléia e nem mesmo sobre a situação dos nossos funcionários. Já que os funcionários desta Assembléia são tidos, para orgulho nosso, como os que melhor servem e atendem todos quantos necessitam de seus serviços tanto Deputados, como autoridades e povo em geral.

II — Alegou-se "que um médico foi deslocado para servir Liderança da ARENA". É verdade. O Diretor Geral, que nos antecedeu no cargo, com a Portaria n.º 181-71, de 11 de março próximo passado, designou um funcionário médico, para prestar serviços no Gabinete da Liderança da ARENA; e o fez em processo normal, protocolado sob o n.º 933, de 25 de fevereiro, e na conformidade do disposto pelo § 1.º, do art. 4.º do Decreto Legislativo n.º 75-71. Ao senhor Deputado Líder da ARENA é assegurado o direito de seleção e escolha de funcionários para a constituição de seu Gabinete. Idêntico direito é assegurado também ao senhor Deputado Líder do MDB.

E o médico, frise-se, pode exercer funções, inerentes à sua habilitação profissional, tanto em seu Serviço especializado como em qualquer outro setor da Casa. Não se configura aqui o desvio de função, vedado pelo Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado, que dispõe no art. 63, *in verbis*:

"Nenhum servidor poderá desempenhar atribuições diversas das pertinentes à classe a que pertence, salvo se se tratar de função gratificada, de cargo em comissão ou no caso de substituição".

Outros casos, sim, se enquadram na vedação legal. Exemplificando. Um ocupante de cargo de Secretário de Comissão tem atribuições específicas de secretariar Comissões, que muitas e importantes existem na Casa. Quando passa a prestar serviços a um único Deputado, incorre em falta funcional, caracteriza-se o desvio de função. E se ficar comprovado que não exerce cargo compatível com a sua capacidade física ou intelectual e vocação, poderá ser readaptado *ex-officio* ou a pedido, em outro cargo (arts. 119 e 120), do Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado;

É claro e evidente, que, à Comissão Executiva e a esta Diretoria Geral, não se afigura necessário aplicar a disposição estatutária em seu total e amplo rigor. Atendemos mais o lado humano dos funcionários, mormente quando temos, e desejamos, mesmo, colaborar com os senhores Deputados, designando servidores da Casa para prestar-lhes serviços, desde que devidamente requisitados.

III — Ao nobre e digno deputado ANTÔNIO BELINATI, podemos afir-



ñar, com suas próprias palavras, que "a Assembléia Legislativa está com as portas abertas para o povo, aqui não há segredos, porque estamos representando os interesses do povo".

Ao nobre e jovem Deputado, que muito admiramos, pela sua inteligência e combatividade, interessa, ao que nos parece, seja a lei cumprida rigorosamente. Que se demitam ou excluam funcionários ociosos, do Quadro de Pessoal, para melhor remunerar os que realmente trabalham.

Não devemos e não queremos resolver o passado, mas trabalhar e construir para o futuro. E aos jovens, primordialmente, como o nobre Deputado, e que esta reservado a nobilitante e augusta missão.

Mas se ao eminente Deputado interessar, podemos, quando assim o desejar, indicar-lhe outros elementos de informação e convicção.

Provimentos de cargos devem existir na Casa, feitos ao arrepio da lei dos Atos Institucionais e Complementares, e da Constituição Federal. Por isso mesmo, poderão ser anulados ou declarados nulos, se o nobre, jovem e combativo Deputado, de posse das provas documentais, se dispuser a representar contra esses provimentos ilegais junto a autoridade competente, quando e na época que assim lhe aprouver.

Esta Diretoria Geral, para tanto, está e permanece à inteira disposição de Sua Excelência.

Eram estas, senhores Membros da Egrégia Comissão Executiva, as informações do nobre deputado ANTONIO BELINATI, aprovado, unanimemente, pelos senhores Deputados, com alguns adendos feitos em Plenário.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de abril de 1971.

Dorizon Salgado Sueno, — Diretor Geral".

Srs. Deputados, queria dizer que a Secretaria da Assembléia adotou como sua, a resposta aos quesitos formulados pelo sr. Antonio Belinati. E fez questão de divulgar da tribuna, porque, da tribuna foram elas formulados. Tivesse o nobre deputado formulado o pedido de informações em expediente protocolado nesta Casa, com o endereço da Primeira Secretaria, não teríamos necessidade de, desta tribuna, prestar as informações. Como o assunto foi provocado no Plenário, do Plenário foram prestadas as informações, para que o sr. Deputado, recebendo-as, possa comeri-las a qualquer tempo a exatidão das respostas aqui contidas.

Se não for esta expressão da verdade, .. Comissão Executiva atribui-se a responsabilidade do que aqui estiver contido.

O SR. ANTONIO BELINATI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, apenas que se faça constar nos Anais da Casa os nossos agradecimentos ao deputado Ivo Tomazoni, por este relatório e nós iremos analisá-los para posterior comentário.

O SR. PRESIDENTE — Projeto de Lei de autoria do sr. Maurício Fruet, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento de autoria do sr. deputado João Mansur, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando seja designado uma Comissão Parlamentar, para representar esta Casa de Leis, a fim de recepcionar o General de Divisão, Ayrton Pereira Tourinho, que chegará no próximo dia 6, para assumir o Comando da 5a. Região Militar dos Estados do Paraná e Santa Catarina. — Aprovado.

A Mesa designa os srs. deputados: Gilberto Carvalho, Antônio Costa, Lázaro Dumont, João Mansur, Nivaldo Krüger e Fuad Nacli, para comporem a Comissão.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados.



**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 233-68, cria no Município de Cianorte, o Distrito Administrativo e Judiciário de Vidigal.

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 233-68**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica criado no município de Cianorte, o Distrito Administrativo e Judiciário de Vidigal, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

— começa no rio dos Índios, na foz do córrego Tancredo, sobe por este até a sua nascente, de onde por uma linha sêca alcança o ribeirão São Tomé, na foz do córrego Paraopeba, pelo qual sobe até a sua nascente, de onde por uma linha sêca no sentido Leste alcança a estrada Cianorte-São Tomé, daí segue rumo este até alcançar o rio Carandei, daí desce por este abaixo até encontrar na foz do córrego Philodredon de onde por uma linha sêca Sudeste alcança o rio Ligeiro, pelo qual desce até o córrego Opalina e por este acima até sua nascente, de onde por uma linha sêca alcança a nascente do córrego Sepetiba e por este abaixo até sua foz no rio São Tomé, de onde sobe o córrego Juraria até sua nascente, daí alcança a nascente do córrego Purus e por este tabaixo até o ribeirão Bolivar, pelo qual desce até a sua foz, no rio dos Índios e por este abaixo até alcançar a foz do córrego Tancredo, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

aa) **Agnaldo Pereira Lima** — Presidente

Sala das Comissões, em 27.11.68.

**Ivo Thomazoni** — Relator

**Amadeu Puppi**

Sobre o mesmo, há um requerimento no seguinte teor: (Lê)

“Senhor Presidente:

Tendo em vista disposições legais superiores que vedam qualquer alteração dos quadros administrativos e judiciários nos Estados, requeremos o adiamento de votação dos Projetos de Lei n.ºs 233-68 e 321-68, que criam distritos administrativos e judiciários por 30 (trinta) sessões.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1971.

(a) **Antônio Lopes Júnior**”.

Em votação o requerimento. — **Aprovado**. Tendo em vista a aprovação do requerimento, fica adiada a discussão deste Projeto e do 321-68.

**3.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 197-69, de autoria do Dep. Roberto Wypych, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio, através do DER, com as Prefeituras que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.F.. — **Aprovado**.

**3.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 210-69, de autoria do Dep. Roberto Wypych, doa à Associação Paranaense do Ministério Público, a Biblioteca Jurídica que se encontra em poder da Exma. Sra. Viúva do Dr. Manoel Linhares de Lacerda, ex-Procurador Geral de Justiça do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., com **SUBSTITUTIVO GERAL**. — **Aprovado**.

**O SR. PRESIDENTE** — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Sebastião Rodrigues Júnior, constante do Expediente, solicitando a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito que tem por objetivo apurar irregularidades do ex-Governador Paulo Pimentel.



Na forma do artigo 40, do Regimento Interno, ficam convocados os srs. deputados Erondy Silvério, Wilson Brandão, Gilberto Carvalho, Pinto Dias, da ARENA e o sr. Sebastião Rodrigues, do MDB, para se reunirem amanhã, após a Sessão Plenária, sob a Presidência do sr. 1.º Vice-Presidente, para instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito que apurará possíveis irregularidades na gestão do ex-Governador do Estado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 49-71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando seja anunciado ao Plenário, que está marcada para amanhã, após os trabalhos de Plenário, reunião da Comissão Especial sobre assuntos da Central do Paraná — **Ciência aos srs. Deputados.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Costa, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ilustre coronel Alfredo Ferreira da Costa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo passamento da sra. Sebastiana Silva de Almeida. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado David Federmann, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do aniversário de emancipação política de Telêmaco Borba. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do segundo aniversário do município de Guaratuba. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Fuad Nacli, constante do Expediente, solicitando constituição de uma Comissão de Deputados, a fim de, em missão de caráter cultural, visitar e proceder estudos nas estradas, em fase de construção, da Santarem e Transamazônica, sem ônus para o Poder Legislativo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Instituto de Educação, Ciência e Cultura de São Paulo e a sra. Maria Julieta Sebastiani Ormastrono, pela realização em Curitiba, de 4 a 10 de julho do concurso "Cientistas de Amanhã". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Rev. Raul Rodrigues de Castro, pela sua reeleição ao cargo de Vice-Presidente Nacional da Igreja do Evangelho, Cruzada de Evangelização. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao sr. Horácio Sabino Coimbra. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do aniversário de fundação do município de Primeiro de Maio, a ocorrer dia 1.º próximo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo aniversário de fundação do município de Uraí, a realizar-se no dia 5 do mês próximo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao sr. Governador do Estado e Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que determine providências para construção imediata da Escola Normal de Guarapuava. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Mauricio Fruet, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício à COHAPAR no sentido de suspensão provisória do pagamento das prestações das obras construídas na



la referida cooperativa, pois seus moradores são funcionários públicos e estão com pagamento em atraso. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado ofício ao sr. Secretário dos Negócios da Fazenda do Estado, fazendo um apêlo no sentido da alteração da sistemática relativa ao recolhimento do ICM, por parte das classes produtoras de nosso Estado. — **Aprovado.**

A Presidência tem a satisfação de anunciar nesta Casa, a presença do presidente da Câmara de Vereadores de Paranaguá, sr. Antônio Julio Machado de Lima e o sr. Alceu Maron, vereador de Paranaguá; do sr. Ademar Bertoli, vereador à Câmara Municipal de Curitiba; do sr. prefeito de California, sr. Martinelli; do sr. prefeito de Caloré, sr. Otávio Rosseto; do sr. prefeito de Santo Inácio, sr. Gentésio Borges Teixeira.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 30, às 10,00 horas, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

**REDAÇÃO FINAL** — dos Projetos de Lei n.os: 213-69, 75-70;

1.a **DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução n.o 4-71;

1.a **DISCUSSÃO** — dos Projetos de Lei n.os: 164-70, 49-71, e uma sessão extraordinária, logo após o término da sessão ordinária, com a seguinte

**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição n.o 116-70.

Levanta-se a sessão.